

Alegorias da verdade: esboços nas conexões entre História Oral e História do Tempo Presente sobre a resistência à ditadura e o processo de democratização do Brasil nas últimas décadas do século XX

Truth allegories: sketches in the connections between Oral History and Contemporary Story on dictatorshipresistance and democratization process in Brazil (20th century last decades)

Luiz Felipe Falcão¹

Resumo: Este artigo procura, a partir da análise de depoimentos de ex-militantes e ativistas das esquerdas brasileiras sobre suas atividades na resistência ao regime ditatorial implantado em 1964 e no subsequente processo de democratização obtidos segundo as referências e pressupostos da História Oral, refletir sobre versões dos acontecimentos e trajetórias do Brasil contemporâneo e, em especial, acerca de suas implicações para a formulação de uma História do Tempo Presente com pretensões a se apresentar como campo legítimo da produção historiográfica.

Palavras-chave: História do Tempo Presente, História Oral, democratização.

Abstract: This article intends, analysing ex-militants and ex-activists of the Brazilian left testimonies on its activities in the resistance to the dictatorial regime deployed in 1964 and in the subsequent democratization process, obtained according to the references and assumptions of Oral History, to reflect on versions of contemporary Brazil events and trajectories and, in particular, about its implications for a Present Time History with pretensions to be a legitimate historiographical production area.

Keywords: Contemporary History, Oral History, democratization.

¹ Professor do Departamento de História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), Brasil: luiz.felipe@mailcity.com. A pesquisa que forneceu suporte para esse texto conta com apoio financeiro do CNPQ e da PAPESC, sendo que uma versão preliminar foi publicada com o título “A ilusão da verdade: História Oral e História do Tempo Presente”, em LAVERDI, Robson e MASTRÁNGELO, Mariana (comp.). **Desde las profundidades de la historia oral.** Buenos Aires: Imago Mundi/RELHO, 2013.

O compositor, cantor e escritor sul-rio-grandense Vitor Ramil intitulou um de seus trabalhos musicais, integrado por milongas que emolduraram poemas de Jorge Luis Borges² e João da Cunha Vargas³, de *Délibáb*⁴, inspirado em antigo texto do escritor argentino Ernesto Sábato. *Délibáb* é um termo húngaro referente ao fenômeno natural que proporciona, em dias de muito calor nas extensas planícies daquele país da Europa Central, vislumbrar miragens de cenários que se encontram muito distantes e que resulta da junção de *déli* (do sul) e *báb* (de *bába*: ilusão). Como escreveu Sábato algumas décadas atrás,

O *délibáb* é um fenômeno extraordinário da planície húngara... Único em seu gênero, este tipo de espelhismo transporta paisagens muito distantes a horizontes quase desérticos, reproduzindo ante os olhos maravilhados do observador, em dias de calor, o desenvolvimento de cenas distantes.

Um trem corre a toda velocidade, mas não se percebem ruídos da máquina, nem se escutam os apitos. Em realidade, tal cousa sucede porque o trem não está ali; talvez se encontre a mais de 100 km de distância. Mas o *délibáb* o atrai ao horizonte...⁵

Este fenômeno de ilusão de ótica, além de inspirador para produções de caráter estético, pode ser útil para pensar alguns aspectos do ofício do historiador; em especial para quem recorre à História Oral para tentar compreender o que se convencionou denominar de Tempo Presente. Em outras palavras, trata-se de ponderar em que medida, e de que modo as interpretações propostas a partir das pesquisas de cunho historiográfico, e em especial aquelas que se utilizam dos diferentes registros de expressão oral, podem contribuir para conhecer e dar a conhecer o contemporâneo com engenho e arte, ou seja, para produzir com algum talento uma tradução

² Jorge Luis Borges (1899-1986) foi um poeta, contista, crítico literário e ensaísta argentino, com uma vasta e respeitada obra traduzida para numerosos idiomas.

³ João da Cunha Vargas (1900-1980) foi um peão de estância e poeta popular sul-rio-grandense que, sem ter ido além das primeiras letras, guardava suas poesias na memória ou as ditava a familiares, traduzindo nelas os sentimentos próprios da vida campeira do seu Estado (e mesmo da região platina em geral). Já há algum tempo, Vitor Ramil tem se dedicado a musicar sua obra.

⁴ RAMIL, Vitor. **Délibáb**. CD/DVD. Satolep Music, Pelotas, 2010.

⁵ SÁBATO, Ernesto. **Nosso Universo Maravilhoso**. Rio de Janeiro: El Ateneo do Brasil, 1960.

verossímil de um episódio, uma situação ou uma trajetória recentes, fornecendo assim uma alegoria da verdade que se afigure como invenção controlada e necessária.

I

De imediato, cabe assinalar que a conexão entre História do Tempo Presente e História Oral coloca em circulação três elementos de análise que se mostram decisivos e conferem uma peculiaridade própria ao fazer historiográfico: contemporâneo, oralidade e invenção. Iniciando com o contemporâneo, é importante apontar que Giorgio Agamben (2009, 59) o definiu como uma não coincidência com a época em que se vive:

A contemporaneidade (...) é uma singular relação com o próprio tempo, que adere a este e, ao mesmo tempo, dele toma distâncias, mais precisamente, essa é a relação com o tempo que a este adere através de uma dissociação e um anacronismo. Aqueles que coincidem muito plenamente com a época, que em todos os aspectos a esta aderem perfeitamente, não são contemporâneos porque, exatamente por isso, não conseguem vê-la, não podem manter fixo o olhar sobre ela⁶

Mais ainda, prossegue Agamben, contemporâneo é aquele que mantém fixo o olhar no seu tempo, no “sorriso demente do seu século”, para nele perceber não suas luzes, mas suas obscuridades, para não se deixar cegar pelas luzes de seu tempo e, sim, apreender suas trevas que, aliás, são inseparáveis daquelas luzes. Com isso, assevera ele, torna-se possível colocar o seu próprio tempo em relação com outros tempos e, então, “ler de modo inédito a história” a partir das interrogações provocadas pelos desassossegos com seu próprio presente⁷.

Este “ler de modo inédito a história”, que não deseja se deixar ofuscar (ou deslumbrar) pela extrema luminosidade de sua própria época, pode ser interpretado como um desafio que é, simultaneamente, metodológico e comportamental. Metodológico, porque permite considerar que uma História do Tempo Presente não remete apenas para o estudo de

⁶ AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo e outros ensaios**. Chapecó: Argos, 2009, p. 59.

⁷ Idem, ibidem, p. 62-72.

um período mais recente, implicando também na tentativa de estabelecer pontos de contato e conexão entre a diacronia, dimensão habitual do fazer historiográfico, e a sincronia, com seus utensílios conceituais e treinamentos (do olhar, da percepção, do registro, da escrituração) mais próprios de outros campos de conhecimento, como a Antropologia, a Ciência Política ou a Comunicação, tornando obrigatória uma abordagem capaz de atravessar de maneira transversal distintos campos disciplinares. Comportamental, uma vez que a disposição em localizar vínculos de coerência entre diacronia e sincronia não corresponde exatamente a nenhum corpo de regras ou normas, impedindo o recurso a qualquer tipo estrito de treinamento e convidando, mais do que tornando impositivo, um certo estado de animo capaz de animar engenhosidades sutis.

Quanto a oralidade em suas diversas manifestações e registros (depoimentos gravados ou anotados, atas, cânticos, palavras de ordem, etc.), vale a pena recorrer ao episódio da disputa entre o escritor e filósofo espanhol Miguel de Unamuno e General José Millán-Astray y Terreros, um militar ultraconservador mutilado durante uma das guerras coloniais que a Espanha travou no Marrocos, tal como descrito pelo historiador inglês Hugh Thomas. Segundo este, Unamuno ficou incomodado com as palavras ofensivas com que foram referidas, por um dos oradores, algumas regiões da Espanha, como a Catalunha e o País Basco, numa cerimônia realizada na Universidade de Salamanca em 12 de outubro de 1936, palavras estas que foram complementadas por brados nacionalistas proferidos por Millán-Astray e grande parte dos assistentes e arrematadas por uma espécie de grito de guerra nos seguintes termos: “Viva a morte!”. Diante disso, ele teria retrucado o seguinte:

Estás esperando minhas palavras. Conheces-me bem, e sabes que sou incapaz de permanecer em silêncio. Às vezes, ficar calado equivale a mentir, porque o silêncio pode ser interpretado como aquiescência. (...) Deixarei de lado a ofensa pessoal [da...] explosão contra bascos e catalães. Eu mesmo, como sabem, nasci em Bilbao... Mas agora acabo de ouvir o necrófilo e insensato grito "Viva a morte!", e eu, que passei minha vida compondo paradoxos que excitavam a ira de alguns que não os compreendiam, vou lhes dizer, como especialista na matéria, que este ridículo paradoxo me parece repelente. O General Millán-Astray é um inválido. Não é preciso que digamos isto em um tom de voz mais baixo. É um inválido de guerra, como também o foi

Cervantes. Mas desgraçadamente existem atualmente na Espanha demasiados mutilados, E se Deus não nos ajuda haverá logo muitíssimos mais. Atormenta-me pensar que o General Millán-Astray poderia ditar as normas da psicologia da massa. Para um mutilado que careça da grandeza espiritual de Cervantes, é de se esperar que encontre um terrível alívio vendo como se multiplicam os mutilados ao seu redor.⁸

Diante do tumulto que então tomou conta do recinto, e dos gritos de Millán-Astray, que repetia aos berros “Morra a intelectualidade traidora!” e “Viva a morte!”, Miguel de Unamuno complementou:

Este é o templo da inteligência, e eu sou seu sumo sacerdote. Estais profanando seu sagrado recinto. Vencereis, porque tens força bruta de sobra. Mas não convencerei. Para convencer há que persuadir, e para persuadir necessitareis algo que vos falta: razão e direito na luta. Parece-me inútil pedir-lhes que pensem na Espanha. Tenho dito.

Unamuno, já idoso (ele morreria antes do final daquele mesmo ano), tomou da palavra para não calar, para não silenciar em face de bravatas grosseiras e funestas, proferidas no ambiente universitário que ele representava e gostaria de fazer respeitar. O momento era o da Guerra Civil Espanhola, o recinto estava lotado de adversários que vociferavam contra ele, e em razão disto sua oração tinha a pretensão de, pautada pela contemporaneidade, se tornar memorável, condenando a repulsiva louvação à morte, comparando dois mutilados tão diferentes como o Cervantes que ele admirava e um militar que considerava desprezível, conectando, enfim, presente, passado e futuro numa equação sutil.

Seu breve discurso conferiu-lhe um papel de protagonismo num momento crucial; porque delicado e perigoso, demarcando de maneira clara o lugar da desconformidade, tanto quanto as tramas do Quixote, enlouquecido no auge da lucidez pelas iniquidades do mundo em que vivia, negavam consentimento à opressão dos lavradores pelos gigantescos moinhos de vento. Tratava-se de uma singela manifestação oral que confrontava outras; ou seja, de expressões subjetivas que tendem a distorcem de maneira excessiva ou até mesmo a um ponto inaceitável os

⁸ THOMAS, Hugh. **La guerra civil española**. Paris: Ruedo Ibérico, 1962, páginas 294-5.

panoramas, as trajetórias, as peripécias, e que por isto se confrontam com a História em sua paciente faina de desnudar os ardilosos enlevos das narrativas pautadas pelas lembranças; oralidade, por sua vez, sem a qual em diversas circunstâncias ficaria inalcançável a apreensão de vários daqueles panoramas, trajetórias, peripécias, em especial daquele conjunto de significações partilhados por uma coletividade num determinado espaço e tempo que Raymond Willians chamou de “estruturas de sentimento”⁹.

O pensador que se especializou em compor paradoxos, como ele mesmo afirmou, inventara mais um praticamente de improviso ao diagnosticar como “terrível alívio” um suposto desejo de que se multiplicassem as mutilações. Invenção, palavra muitas vezes encarada com suspeição e desdém, porque muitas vezes associada a fantasias dissociadas da realidade, mas que ali ganhava o sentido de criação, de *poiesis*, construindo significados vinculados a uma tradição ou a uma experiência simultaneamente ao ato de enunciar.

Numa outra linha de pensamento, Gaston Bachelard, depois de citar o poeta Louis Emié em “O nome do fogo” (“Uma palavra circula na sombra e faz inflar as cortinas.”), comenta:

Com esses dois versos, gostaria de fazer um teste da sensibilidade onírica que toca a sensibilidade na linguagem. Eu perguntaria: você não acredita que certas palavras encerram uma sonoridade tal que chegam a ocupar espaço e volume nos seres do quarto?...

(...) O quarto do poeta está repleto de palavras, de palavras que circulam na sombra. Por vezes as palavras são infiéis às coisas. Elas tentam estabelecer, de uma coisa a outra, sinonímias oníricas. Sempre se exprime a fantasmalização dos objetos na linguagem das alucinações visuais. Mas, para um sonhador de palavras, existem fantasmalizações pela linguagem. Para ir a essas profundezas oníricas, é necessário deixar às palavras o tempo de sonhar... Assim, para um sonhador de palavras, algumas há que constituem conchas de palavra. Sim, ouvindo certas palavras, como

⁹ WILLIANS, Raymond. **Marxismo y literatura**. Barcelona: Península, 2000.

a criança ouve o mar numa concha, um sonhador de palavras escuta os rumores de um mundo de sonhos.¹⁰

Modificando um pouco o sentido atribuído por Bachelard ao volume e densidade das palavras, valeria a pena aproveitar seu potencial para destrinchar seu potencial de fazer escutar um mundo não somente de sonhos, mas também de esperanças, ansiedades, desejos e temores. Dizendo por outro modo, seria o caso de pensar se o volume e a densidade das palavras, contidas em depoimentos que foram obtidos numa atividade de pesquisa de cunho historiográfico não ajudariam a escutar os rumores dissonantes, problemáticos e contraditórios de uma época; sobretudo de uma época coibida por silenciadores impostos com virulência, de uma época tão repleta de horrores quanto de encantos como, por exemplo, a demarcada pela ditadura civil-militar implantada no país com o golpe de 1964. Não, certamente, para tratar como indiscutíveis e veneráveis tais depoimentos, as lembranças que carregam consigo; a eloquência que procuram transbordar, contra o que procurou advertir Beatriz Sarlo¹¹, e sim para informar a operação analítica com aquilo que é inalcançável por outras vias e lhe fornecer uma tonalidade bem característica da própria subjetividade.

A invenção, nesta perspectiva, já seria a própria lembrança, com sua peculiar capacidade de selecionar, bem como o ato de lembrar, o qual não aconteceria necessariamente de forma espontânea e, decerto, não seria repetido com exatidão pelo mesmo depoente algum tempo depois. A invenção prosseguiria com a seleção de que partes da lembrança aproveitar, confrontar com outras fontes, reproduzir sem falsear (muito embora nem sempre afinado com as expectativas do depoente). A invenção culmina com a tessitura de uma teia narrativa que se pretende convincente, isto é, que embora desmereça o “reproduzir o passado como ele de fato aconteceu”, ambiciona chegar muito próximo disto com base na convicção de que este passado não é algo singular e no singular: pelo contrário, ele é múltiplo como são múltiplos os atores que dele participaram, os sentimentos que despertaram, os ângulos de observação. Consciente disto por todo um repertório de procedimentos apreendido durante a formação profissional, a pretensão nem tão muito secreta de todo historiador é conquistar uma proximidade suficiente para estabelecer uma ponte entre presente e passado

¹⁰ BACHELARD, Gaston. **A poética do devaneio**. 5. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. 47-8.

¹¹ SARLO, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

em condições de conduzir a uma versão razoável, admissível, do que de fato pode ter acontecido. Artimanha que congrega arquitetura e engenharia, arte e técnica, o que todos visam é, ao fundo e ao cabo, pavimentar uma passagem ligando o ontem (ou certos ontens) ao hoje (ou a determinados hojes) e nela perceber alguma lógica (não propriamente um sentido, naquilo que esta palavra designa como encadeamento coerente de fatos ou um propósito ou finalidade que se pode antecipar) que torne mais compreensível quer o passado, quer o presente e seu devir. Senão, vejamos.

II

No Brasil, depois de longos debates e muitas hesitações, foi finalmente instalada no primeiro semestre de 2012 uma Comissão Nacional da Verdade a fim de apurar crimes como torturas, assassinatos e desaparecimentos políticos entre 1946 e 1988, e mais concretamente durante a ditadura civil-militar que governou o país entre 1964 e 1985. Esta Comissão, apesar das dificuldades em acessar documentos dos órgãos de segurança subordinados às Forças Armadas, sob a alegação de que eles não existiriam ou teriam sido destruídos, formulada por seus comandantes, entregou seu relatório final em dezembro de 2014 responsabilizando os mais elevados escalões do Exército, Marinha e Aeronáutica - além de policiais civis, empresários, etc. - por crimes cometidos pelo Estado, ou em seu nome; e, inclusive, sugerindo a possibilidade de submeter a julgamento e punir torturadores e outros agentes direta ou indiretamente vinculados à prática de sevícias ou ao cometimento de homicídios de prisioneiros políticos, o que, para alguns, se acha em tese proibido pela Lei de Anistia aprovada em 1979, ou seja, ainda em plena vigência dos governos ditatoriais.

A bem da verdade, cabe assentir que a ditadura não inaugurou o sistema repressivo dirigido contra opositores políticos e o tratamento cruel dedicado a pessoas aprisionadas, uma vez que herdou grande parte de tudo isto dos modelos discricionários do Estado Novo (1937-1945) e mesmo do período escravista, bem como das práticas rotineiras levadas a efeito nas delegacias de polícia. As contribuições do regime, nada modestas aliás, foram generalizar em alto grau estes dispositivos e acrescer a eles metodologias gerenciadas por profissionais de distintas formações.

Neste ponto, é forçoso empreender uma digressão: a ditadura civil-militar brasileira não se limitou aos abusos e brutalidades típicas destes

regimes, pois paralelamente a isto impulsionou um processo de modernização do país com base em elevados investimentos em infraestrutura, na incorporação imobiliária e na efetivação de um mercado de consumo de massas. Claro está que tais sucessos se deveram, entre outras coisas, a uma grande disponibilidade de capitais para investimento e/ou empréstimo em outras partes do mundo capitalista (o que multiplicou a dívida externa do país); ou à contenção dos salários dos trabalhadores assegurada pelo rígido controle dos sindicatos e associações de classe e pela efetiva suspensão do direito de greve. Todavia, seja como for, isto redundou no chamado “milagre econômico brasileiro”, entre 1968 e 1973, quando a taxa de crescimento anual do Produto Interno Bruto (PIB) foi superior a 10%, o que teve reverberações até o final desta última década com taxas de crescimento superiores a 7% ao ano, com todas as suas perversas consequências no curto prazo – com sua extensa lista de violências e arbitrariedades, complementadas por acentuado implemento nos índices de concentração de renda - e no longo prazo, quando foi preciso pagar a conta junto aos credores internacionais.¹²

Por seu turno, durante praticamente toda a duração do “milagre”, as esquerdas mostraram-se impotentes para articular uma oposição mais efetiva ao regime. O Partido Comunista Brasileiro, ou *partidão*, como era chamado, que aglutinava seu principal contingente antes do golpe de 1964, havia se enfraquecido por seguidas defecções e cisões provocadas por militantes descontentes com o despreparo para enfrentar a implantação do novo regime; o que se somou aos estragos provocados pela implacável perseguição que se abateu sobre suas estruturas orgânicas. De seu lado, a denominada “nova esquerda”, surgida às vésperas do golpe ou na esteira das divisões do PCB, por seu turno, na grande maioria, enveredou pela opção da luta armada contra a ditadura; sob uma difusa influência da Revolução Chinesa vitoriosa em 1949 e, sobretudo, da Revolução Cubana que triunfara em 1959, numa equívoca crença de que as massas de explorados e oprimidos seguiriam ardorosamente as ações exemplares de sua presumida vanguarda revolucionária. Nas reminiscências de um dos combatentes de então, o jornalista Flávio Tavares, escritas e publicadas décadas depois,

¹² Ver, sobre isto, ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de e Weiss, Luiz. Carros Zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar, In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.). **História da Vida Privada no Brasil** (Vol. 4). São Paulo: Companhia das Letras, 1998, e CORDEIRO, Janaina Martins. Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o Governo Médici, In: **Estudos Históricos**, vol. 22, Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, 2009, págs. 85-104.

emergiram algumas das mais pungentes recordações desta mistura de desprendimento, imponderação e perplexidade:

[...] atônito pela solidão e pelo desamparo, senti-me um desvairado e me perguntei se tudo o que havíamos feito não eram apenas gestos messiânicos em que nós - que queríamos ser a vanguarda da resistência à ditadura militar – acabávamos devorados pelos nossos filhos, ou seja, nossos atos.

Por uma ampla e variada gama de motivos plenamente compreensíveis, as massas trabalhadoras não se deixaram seduzir por aquelas demonstrações de abnegação; a quase totalidade do povo permaneceu indiferente ou anestesiada e o regime acumulou forças para golpear de modo contundente aqueles que o contestavam; de tal sorte que poucos anos depois, mais precisamente em 1972, a luta armada de esquerda contra a ditadura estava derrotada, mesmo considerando um ou outro estertor aqui e ali, e os agrupamentos remanescentes bastante enfraquecidos e isolados. O diagnóstico expresso por Tavares foi bem incisivo e exigiria um grande esforço, assim como um bom tempo, para ser superado.

[...] Estávamos todos afogados neste 1969, quinto ano triunfal da ditadura Afogados e abandonados. Tínhamos entregado tudo à causa de nossa “utopia popular”, , inclusive a vida. Ou principalmente a vida. Nem sequer tínhamos consciência dessa generosidade que, às vezes, se confundia com uma doação aventureira ou uma bravata de jovens, entremeada de gente madura, alguns até quase anciãos. Mas, e o povo? Onde estava o povo, depositário e objetivo dessa sacrificada luta pela utopia?

O povo tinha desaparecido, fechava-se na comodidade ou incomodidade das casas ou até deixava a rua, como naquela noite fria de junho em São Paulo, dois meses antes da minha prisão. Que aconteceu?¹³

Terminando a digressão e voltando à Comissão Nacional da Verdade, o trabalho que ela realizou, bem como os percalços que enfrentou, pareceram mostrar que, ainda na atualidade, o que mais parece estar

¹³TAVARES, Flávio. **Memórias do esquecimento**. Porto Alegre: LP&M, 2012. (Trata-se de uma edição ampliada: a primeira foi publicada pela Editora Globo em 1999).

realmente em jogo é o caráter da transição que implantou o sistema liberal-democrático em vigor no país. Quanto a isto, vale recordar que o moroso e sinuoso processo de erosão do regime, iniciado em meados da década de 1970 e que perdurou até a eleição indireta para presidente da República em 1985, conjugou desempenho insatisfatório da economia, incapacidade de consolidar uma hegemonia que satisfizesse as elites e contestação aberta desencadeada por trabalhadores, estudantes e outras camadas da população, levando a uma espécie de compromisso, batizado de “redemocratização”, entre setores do regime e a oposição liberal que frustrou muitas das expectativas presentes nas grandes mobilizações populares que então agitaram o país.¹⁴

III

Exemplar das justificativas que levaram ao entendimento entre a oposição liberal e setores do regime apareceu na principal entrevista destacada pela edição de 14 de setembro de 1977 da revista semanal *VEJA*, um dos órgãos de imprensa mais importantes no Brasil durante as últimas décadas. Nela, o então deputado estadual e depois senador pelo Rio Grande do Sul, Pedro Simon, um dos expoentes do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), sustentava que, em seu ponto de vista, a “redemocratização” do país implicava num “pacto social” em que todas as arbitrariedades que porventura tivessem acontecido precisariam ser esquecidas:

[...] Tem muita gente que lembra os torturadores, os que cometeram arbitrariedades. Acho que se deveria esquecer disso e partir para um novo estado. Não se pode ficar nos meros executores. Temos de ver de onde partiram as ordens. Quando se fez Nüremberg não se cuidou de quem estava nos campos de concentração, mas dos grandes chefes. Parece que isso seria altamente negativo e nós cairíamos num círculo vicioso se fôssemos procurar a prestação de contas. Se, por hipótese, a oposição fosse hoje para o governo, nesse círculo vicioso em que procuraria fazer justiça, acabaríamos cometendo novas injustiças e não sairíamos nunca desse labirinto. A fórmula ideal para

¹⁴ VIEIRA, Isabela D'Ávila. **A hora e a vez do povo**: opinião pública e contra-agendamento nos casos do Movimento das Diretas Já e dos atentados de 11 de 11 de março em Madri. Porto Alegre: UFRGS, 2009 (Dissertação de Mestrado em Ciência Política).

sair disso é olhar para a frente. Não podemos perder tempo nesse processo de prestação de contas recíprocas.¹⁵

A timidez deste posicionamento tão característico de muitas das lideranças da oposição consentida à ditadura é eloquente por si mesma. A pretexto de salvaguardar uma possível “redemocratização” do Brasil com a implementação de governos eleitos num quadro de pluripartidarismo e de liberdade de expressão, Pedro Simon pregava de modo aberto o esquecimento das violências, de tal sorte a escapar da “prestação de contas” entendida, neste raciocínio, como um mero “círculo vicioso” de tentativas inadequadas de “fazer justiça”. Nesta perspectiva, a “redemocratização”, associada às bandeiras “liberdades democráticas”, “anistia” e “Assembleia Nacional Constituinte”, surgia como um “olhar para a frente” mirando uma espécie de retorno do regime político vigente no país antes do golpe de 1964 e da própria ordem social que ele presidia.

Depoimentos como este jamais foram desmentidos em qualquer tempo, o que permite supor que seu autor não considerou que sua argumentação fora adulterada em maior ou menor grau pelos repórteres e editores da revista. O mais interessante, porém, é que ele veio publicado numa edição de *Veja* cuja chamada de capa era para uma extensa matéria jornalística sobre o resurgimento das lutas operárias massivas, quase que ausentes por nove anos após as movimentações grevistas em Contagem (Minas Gerais) e Osasco (São Paulo) – além de outras menos impactantes - em 1968, com muitas entrevistas de sindicalistas, empresários, intelectuais e autoridades governamentais, em que se focalizava também suas repercussões no almejado processo que poderia conduzir à “redemocratização”. Afinal, em agosto daquele ano de 1977, milhares de metalúrgicos mobilizaram-se em São Bernardo do Campo para exigir correção das perdas salariais e outras reivindicações, dando ensejo a uma reunião entre ministros e líderes sindicais na capital federal que, nos termos empregados pela revista, oficializou “a inclusão da chamada ‘questão operária’ no debate sobre a redemocratização do país” (pág. 20)¹⁶

¹⁵ SIMON, Pedro. Esquecer é preciso, In: **Veja**, São Paulo, 14 de setembro de 1977, pág. 6.

¹⁶ No primeiro semestre deste mesmo ano, depois de um lento processo de reorganização, os estudantes, notadamente os da Universidade de São Paulo (USP), voltaram às ruas da cidade com manifestações que reuniram multidões, enfrentaram a repressão policial e ganharam a simpatia da população.

Existiam, portanto, outras perspectivas, afora a liberal, em jogo naqueles idos; algumas delas impulsionadas por agrupamentos da chamada “esquerda revolucionária”, ou “nova esquerda”, que se encontravam sob uma rigorosa clandestinidade; por agentes religiosos ligados à chamada Teologia da Libertação; por intelectuais e sindicalistas independentes, dentre tantos outros personagens, cada qual com objetivos e atuações que em geral não coincidiam inteiramente com os demais e cuja capacidade de interferir no cenário político era difícil de prever. A “nova esquerda”, por exemplo, depois da derrota de suas facções armadas consumada antes de meados da década de 1970, centrava sua militância na conjugação, certamente variável de grupo para grupo, de mobilizar as massas trabalhadoras para a luta por melhores condições de vida e de trabalho; por liberdades e contra a ditadura, mesmo preservando reservas na democracia enquanto sistema político, além de se empenhar na ideia de construir um partido revolucionário que liderasse a almejada revolução rumo ao socialismo.

As lembranças de ativistas e militantes de esquerda que se envolveram na resistência à ditadura e pela democratização do Brasil nas décadas de 1970 e 1980 são ilustrativas a este respeito, revelando algo que pode ser designado como uma espécie de ethos do engajamento político à época, com seus sentimentos, temores e sonhos. Seu ponto de partida são lembranças essencialmente urbanas; muito embora alguns ou algumas fossem de extração rural, não em razão da ausência de luta contra a ditadura no meio agrário¹⁷, mas retratando a intensa urbanização que levou, pela primeira vez no Censo de 1970 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, a população citadina a superar a do campo. Como ponderou uma delas, Maria Isabel de Almeida:

É muito louco o que aconteceu comigo. Porque eu estava na roça, num sítio em Ibitinga, interior de São Paulo, vivendo longe da cidade. O fato de estar apartada do que acontecia no mundo era muito complicado, porque o meu acesso se limitava a um radinho de pilha que só tocava música caipira. Eu só conhecia isto, porque o resto que estava acontecendo no planeta não chegava. Quando passei a ir para cidade,

¹⁷ Por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST, foi fundado em 1984 com base em mobilizações contra o modelo de reforma agrária da ditadura, centrado na colonização de terras devolutas em regiões remotas ou contra a desapropriação de áreas afetadas por barragens, afora outras mazelas impostas pelo regime.

no quarto ano do grupo escolar, viajando todo dia de ônibus, passava na banca de jornal e convivia com as pessoas que estavam circulando pelo mundo. Aí passei a ser uma consumidora da revista *Contigo*, dedicada a telenovelas, mas que também trazia a pasteurização do que estava acontecendo. Então eu conheci Beatles, Rolling Stones, Vanderlei Cardoso, Rita Lee, Caetano e Gil, tudo pela lente de uma revista bem limitada. Depois, quando me mudei para a cidade, comecei a frequentar uma discoteca que tinha no domingo à noite, enquanto que na minha escola tinha um conjunto de rock que se chamava “Pedras Românticas”. Então, é dos quinze anos pra frente que, de alguma forma, isso entra na minha vida...¹⁸

Segundo a depoente, portanto, a circulação de novas ideias e influências, sobretudo na juventude, e num ambiente mais urbano, estimulava que mesmo uma revista dedicada à divulgação de telenovelas trouxesse informações, ainda que “pasteurizadas”, isto é, depuradas de um sentido mais crítico, daquilo que estava acontecendo no resto do mundo. A recepção destas novas ideias e influências potencializa-se quando ela conclui o magistério e ingressa no curso de História da USP em 1974, onde passa a se envolver com a militância política de esquerda a ponto de tornar a presença no curso um mero pretexto para seu ativismo:

A minha avó morava em São Paulo e comprava para cada neto alguma coisa que achava importante. Por exemplo: tenho até hoje a revista “O Cruzeiro” da inauguração de Brasília. Já minhas tias levavam a revista “Realidade” quando iam de férias para a fazenda. Então o meu fichário na escola era feito com matéria daquela revista, que eu adorava. Depois, quando mudei para a cidade, vi estudantes da UNESP de Araraquara encenando Brecht numa apresentação no colégio em que eu estudava. Aí pensei: “Putz, o que esses caras estão falando! O que é isso?” Mas ainda não sabendo juntar a com b...

Quando entrei na USP, estava de saco cheio no final do primeiro ano do curso de História. “O que eu estou

¹⁸ Maria Isabel de Almeida, professora universitária, 58 anos, depoimento concedido ao autor em São Paulo, 31 de agosto de 2012. Todos os depoimentos foram editados, sem alterar seu conteúdo, para facilitar sua leitura.

fazendo aqui? Pra que serve?” E aqueles professores horrorosos, aquelas disciplinas que não conectavam com nada. Um dia falei com uma amiga que ia largar tudo, ia embora pro Pantanal, onde meu pai tomava conta de uma fazenda, para ensinar índio a ler e escrever.” Ela, cheia das minhas lamúrias, respondeu: “Olha, já que você está sentido isso, topa ler umas coisas que eu te passar?” E aí trouxe um pacote cheio de jornal do MEP¹⁹. Comecei a ler esse material e pensei: “Putá! Dá pra fazer alguma coisa por aqui.” Então entrei de cabeça na política e virei liderança do movimento estudantil. A partir daí, a política passou a ser o elo central da minha vida. Depois fui dar aula para jovens e adultos e na sala entra a luta contra a ditadura, o movimento contra a carestia, etc. Aí fui me desligando do movimento estudantil, entrei com tudo no movimento de oposição sindical dos professores da rede privada e em seguida na organização do PT.

Maria Isabel envolveu-se, pois, intensamente, na segunda metade da década de 1970, com a reorganização do movimento estudantil da USP e suas reverberações fora do campus universitário, como passeatas a favor da liberdade de manifestação e organização e do direito de greve; bem como pelo fim das prisões políticas e da repressão ao movimento sindical, culminando com uma participação ativa na oposição sindical dos professores da rede privada de ensino e no processo de formação do Partido dos Trabalhadores, PT. E, em vários momentos do depoimento, chama a atenção a ênfase que ela deu ao seu grau de engajamento na época, “a política passou a ser o elo central da minha vida”, chegando mesmo a utilizar a expressão “dedicação assustadora” para se referir a tal comprometimento.

Esta nítida inflexão da subjetividade não imputa ao depoimento oral uma certificação de validade ou uma propensão intrínseca a mistificação: apenas impõe que ele não seja tomado como expressão imediata de uma verdade inquestionável e absoluta, de modo a ser operado analiticamente levando em consideração sua especificidade enquanto expressão singular (porquanto de grupo ou classe social, de parcela determinada da população, de circunstância ou fase) de uma apreensão subjetiva do vivido. Por outro

¹⁹ Movimento pela Emancipação do Proletariado, organização de esquerda atuante no Brasil nos anos 1970 e 1980.

lado, tampouco faz com que o depoimento torne obrigatório, ou, ao inverso, prescindível, o encontro e o cotejamento com outras fontes, impressas, sonoras, fotográficas, etc., num âmbito em que a História Oral é percebida antes de tudo e, sobretudo, como História, com os regramentos que orientam a disciplina. Em realidade, levando-se em conta que um depoimento é, por definição, algo subjetivo, constituindo uma perspectiva específica de um acontecimento qualquer, o que se faz indispensável é submetê-lo a uma análise, a um tratamento crítico que o observa com distanciamento.²⁰

No caso do depoimento de Maria Isabel, um dos aspectos desta dimensão subjetiva é o superlativar da experiência; o que, aliás, é bastante recorrente nos depoimentos de antigos ativistas e militantes de esquerda quando se referem ao seu engajamento na luta contra a ditadura e no processo de democratização do país, principalmente os pertencentes às classes médias intelectualizadas. O envolvimento entusiasmado com a política; a convicção de estar no lado correto do enfrentamento das injustiças e arbitrariedades; a certeza da iniquidade intrínseca dos adversários; os valores aprendidos e defendidos com dedicação, tudo isto tende a ganhar um sentido hiperbólico para sublinhar que aqueles não eram tempos comuns e, por isto, não abrigavam práticas e representações ordinárias nos embates por um mundo mais justo, livre e igualitário. Em outros termos, trata-se de um dispositivo com delimitação temporal bem definida, cujo traço distintivo eram os anseios de mudança disseminados entre as gerações que se seguiram à Segunda Grande Guerra, o que ganhou impulso graças à difusão de um farto noticiário propiciada pelos meios de comunicação de massa enfatizando que se vivia num ambiente de plena e acelerada transformação (econômica, política, sociocultural).

IV

Semelhanças e dessemelhanças podem ser notadas se o depoente é oriundo de outra extração social; como é o caso de Miguel Tadeu de Carvalho, que integrou o mesmo agrupamento político de Maria Isabel; mas, que era operário e chegou a ocupar posições de destaque na Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo, e na articulação para criar o PT; sendo que até hoje mantém uma intensa atividade política de esquerda junto ao Partido Socialismo e Liberdade, PSOL, onde exerceu a presidência do Diretório Estadual de São Paulo. Sua trajetória pessoal tem igualmente

²⁰ PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente, In: **Projeto História**. São Paulo: PUC-SP, fevereiro de 1997, vol. 14, pp. 25-40.

vínculos rurais, porém é na cidade, e na segunda metade da década de 1970, que seu engajamento se concretiza:

Nasci em São Paulo mas me criei em Minas Gerais. Meus pais são daquele êxodo rural que fez as pessoas tentarem vida melhor em São Paulo. Fiz só o primário e o SENAI, e saí com diploma de ajustador mecânico. Tinha 17 anos e vim para São Paulo direto pra fábrica. (...) Estávamos num período com certa estabilidade, a ditadura comemorando, a maioria do povo nem sabia que havia luta. Eu mesmo iniciei na Igreja, meus pais eram muito católicos e eu participava daquela ala mais conservadora. Só que a Igreja abriu cursos noturnos, como supletivo, e eu me matriculei.

Eu trabalhava na metalúrgica de dia e à noite ia pra esse curso. E ali tinham militantes de esquerda, soube depois, que davam aula de forma voluntária e faziam trabalho político com os operários. Então conheci um companheiro, uma pessoa fantástica, que encostou em mim e no meu irmão mais novo passou a frequentar nossa casa. Ficamos desconfiados e até falamos: “Pô, o que esse cara está querendo?” Mas depois entramos na discussão política, fizemos formação, ele com paciência de acompanhar. Aí soubemos que tinha um grupo da Oposição Sindical Metalúrgica reunindo naquela Igreja. O nosso contato começou assim, na Igreja, mas não nas ações da Igreja.²¹

Miguel Tadeu, como Flávio Tavares, recorda o período de estabilidade e desmobilização popular caracterizado pelo “milagre econômico”, e como Maria Isabel não possui maior experiência prévia de atividade política até tomar contato com um militante num curso noturno realizado na Igreja do bairro em que morava. Todavia, algumas particularidades vão se insinuando, como o modo fraternal com que se refere ao “companheiro” que deu início à sua formação. Seguindo adiante, ele rememora um dos episódios mais relevantes em que se envolveu, a greve dos metalúrgicos de São Paulo de 1979, feita praticamente à revelia da direção do sindicato, durante a qual ele chegou a ser preso por policiais

²¹ Miguel Tadeu de Carvalho, 56 anos, operário metalúrgico aposentado, depoimento concedido ao autor em São Paulo, 29 de agosto de 2012.

do Departamento de Ordem Política e Social, DOPS, de um modo bem prático e objetivo:

Particpei de modo ativo na grande greve de 1979, aquela em que foi assassinado o Santos Dias. Como a Oposição teve um papel destacado, conseguiu aprovar nas assembleias que o sindicato alugasse subse-des. Então foi eleita uma comissão de negociação central, para representar toda a categoria, e regionais, e fui eleito para a da Zona Sul. A greve demorou uns quarenta dias porque teve um refluxo e, quando o Santo Dias foi assassinado, cresceu de novo. E como eu era um ativista dedicado, às vezes substituía alguém da central na mesa de negociação permanente. Era uma responsabilidade grande e, nesses momentos, você vai crescendo, vai aprendendo.

Naquela greve acabei detido no DOPS, toquei pianinho, tirei foto de todo jeito. Recentemente busquei minha ficha lá no Arquivo do Estado e percebi que eles estavam mesmo no nosso meio, relatando reuniões que ajudei a organizar, coisa pequena de uns trinta operários. Não estavam brincando não.

O relato não se altera ao mencionar a duração do movimento grevista por quarenta dias, a morte do operário Santos Dias – um militante católico proeminente – baleado pela polícia durante um piquete ou mesmo sua prisão e fichamento, quando teve as impressões digitais colhidas (“toquei pianinho”). Mais ainda, as referências à sua participação nesta greve, durante a qual foi eleito para a comissão de negociação e mobilização da Zona Sul, talvez a de maior concentração fabril da cidade de São Paulo, chegando por vezes a integrar a comissão central; enfatizam em especial a responsabilidade de estar representando a categoria num momento como aquele e o aprendizado que se extraía de tudo isto.

Abordada num outro momento, a experiência do que se passou ganha um contorno polêmico; quer pela distância temporal que a separa do depoimento, o que envolve acréscimos e subtrações naquilo que é lembrado em razão das experiências subseqüentes; quer pela extração social da pessoa que depõe, em virtude de todo um conjunto peculiar de fatores de formação e socialização. Este aparente impasse, entretanto, não impede que surja nos depoimentos uma avaliação do ativismo de esquerda em geral positiva,

apesar do reconhecimento de que havia muito de sonhador naqueles idos, sugerindo quase que uma indefinição: não se ganhou, não se perdeu e nem sequer se empatou, explicitando o fato de que a História não está terminada e continua em aberto. Quanto a isto, um outro depoimento, de José Domingos Teixeira de Vasconcelos, professor de Física na Educação Básica, pode trazer elementos elucidativos:

Eu comecei a ter participação política em meados da década de 1960 por meio da Juventude Estudantil Católica, JEC, em Campinas, não por ser um católico praticante, mas pelo interesse que eu tinha no grêmio do colégio, pois eu era representante de classe, tinha alguma liderança. Aí vieram as manifestações estudantis de 1968, logo seguidas por prisões (um dos meus irmãos teve duas prisões, sendo uma no congresso da UNE em Ibiúna). O golpe já tinha me incomodado muito, mas fui entendendo as coisas cada vez mais. Eu lia jornal todos os dias, porque meu assinava vários deles: era como se a vida não tivesse começado naquele dia se não tivesse parado ao menos uma hora em cima dos jornais.

Depois, vim para São Paulo fazer Física na USP e logo fui convidado pra integrar um grupo independente que mantinha o Centro Acadêmico atuante, com jornal, projeção de filme, além de estudar História do Brasil, marxismo, etc. A gente se definia como socialista, era solidário com o pessoal que tinha optado pela luta armada, mas era contra por achar que era uma luta perdida. Mas já em 1973 o grupo foi preso, torturado, primeiro no DOPS e depois na Operação Bandeirantes, OBAN, no II Exército), e então não consegui participar mais, fiquei mal, não podia sair da cidade sem comunicar à polícia, e um dia por semana tinha que assinar um livro no DOPS. Fomos processados e o julgamento, ironia do destino, foi no dia do golpe no Chile, mas acabamos absolvidos.²²

A referência ao engajamento político tendo como um referente inicial em ações ou instituições da ala progressista da Igreja Católica nas

²² José Domingos Teixeira de Vasconcelos, 62 anos, professor do ensino fundamental e médio, depoimento prestado ao autor em São Paulo, em 28 de abril de 2012.

décadas de 1960 e 1970 não é raro nos depoimentos de ativistas e militantes de esquerda daquela época, sobretudo no âmbito da Arquidiocese de São Paulo. Fatores como solidariedade ao próximo, repúdio às injustiças sociais e crença na concretude da emancipação nesta vida, atraíram parcelas significativas da juventude de distintas camadas da população numa época em que as alternativas legais de atuação social e política eram extremamente reduzidas.

No entanto, isto traz à lume a admissibilidade de um outro fator nada fácil de ser percebido e, talvez por isto, quase que ignorado: a quebra ou descontinuidade da experiência das gerações de militantes e ativistas anteriores ao golpe de 1964, em pleno regime democrático e em meio a um ambiente de grande agitação e experimento político e sociocultural, e as que passaram a atuar no período imediatamente posterior, indicando talvez uma das características singulares das culturas políticas no país. Trata-se, deveras, de uma hipótese de trabalho a ser melhor averiguada, que o último depoimento aqui referido contribui para refletir:

Quando me formei, em 1976, fui dar aula de Matemática e de Física, o que me levou à oposição sindical dos professores, fazendo o percurso de muitas pessoas da minha geração, da reconstrução do movimento estudantil ao movimento de oposição sindical e, em seguida, à construção do PT que, pra mim, foi uma coisa supergratificante. Foi um grande encontro com pessoas como Eder Sader, Marco Aurélio Garcia, Déa Fenelon, José Álvaro Moisés, que estavam inquietas com a questão da organização política, mas não queriam entrar nas organizações que existiam. Pessoas que eram intelectuais respeitáveis, mas não tinham experiência sindical, de oposição sindical. Daí formamos um grande núcleo de professores, mas logo veio a orientação de que para legalizar o partido era preciso priorizar os núcleos por local de moradia.

Eu morava no Sumaré e fiquei sabendo que tinha um pessoal tentando se organizar por lá: fui procurar e na verdade nada existia, era invenção de um cara que depois foi eleito deputado pelo PT por sua trajetória de advogado na regularização de ocupações populares, só que na região do Ipiranga. Desmascaramos o cara, que para mim era um picareta: o PT também tinha picareta desde o começo. Daí, fui eleito presidente do diretório,

com um discurso de que era preciso um partido que tivesse o seu ideário mas abrigasse todas as tendências, desde que se submetessem a uma dinâmica e a uma disciplina interna. Porque eu acreditava ser proveitoso agregar pessoas e grupos que tinham uma experiência de pelo menos uma década ou mais de trabalho político e que iam contribuir pra caramba na construção do partido. Fiquei contente, orgulhoso mesmo, porque foi uma das primeiras coisas que fiz que deu certo, vindo de uma trajetória de oposição sindical que não dava certo, só oposição, só oposição, além de ter saído de uma experiência interessante no começo da década de 1970 que terminou traumatizante com prisão. Bom, aí o PT foi uma conquista, uma puta дума conquista de todo um processo, onde eu convivi com o José Álvaro Moises, o Paulo Freire, a Lélia Abramo, o Rui Falcão, que eram todos militantes do diretório.

Haveria muito o que debater de tudo isto narrado por José Domingos, mas por uma questão de espaço e oportunidade vale a pena referir a uma delas: a oposição sindical, ou, para ser mais preciso às oposições sindicais. Isto porque existe uma espécie de silêncio no que se refere a toda uma atividade de oposição sindical articulada ou estimulada por militantes e/ou ativistas de esquerda, cotidiana, minúscula e minuciosa no auge da repressão da ditadura, agregadora, inventiva e multiplicadora quando acontecesse a retomada das mobilizações de massa. Assunto polêmico, tanto quanto é polêmica a existência de práticas espúrias no próprio nascedouro de uma experiência inovadora como a do PT; mas que, certamente, merece uma atenção maior do que a possível aqui por abordar; um aspecto negligenciado em várias abordagens que apresentam o chamado “novo sindicalismo” como algo surgido praticamente do nada ou, quando muito, de influências um tanto ou quanto oblíquas e difusas da particular sensibilidade de certas lideranças para um engajamento em proveito dos interesses imediatos e futuros das categorias profissionais que representavam.

Tratam-se, inegavelmente, de temas instigantes que merecem maior aprofundamento. Mas, neste ponto, outra questão tende a se insinuar para a reflexão: em que medida é possível confiar ser sincero e honesto o discurso pronunciado pelo entrevistado, expressando a verdade autêntica do que de fato aconteceu? Pode-se confiar em que seu relato é fiel àquilo que presenciou, ou que lhe transmitiram aqueles que afirmaram terem

presenciado um episódio qualquer? Questões frequentes, em geral formuladas pelos jovens aprendizes do ofício da História, justamente preocupados com os protocolos fixados pela disciplina no sentido de buscar informações fidedignas para dar sustentação ao esforço de elaborar uma proposta de interpretação que aspira ser tomada como um conhecimento válido. Preocupações, todavia, impróprias e impertinentes, desde que esteja assegurado ser o depoente uma pessoa idônea e que sua fala seja compatível com o que já se sabe sobre a pesquisa em andamento; uma vez que, partindo destas premissas, o que se procura nos depoimentos orais (e, diga-se de passagem, em quaisquer outras fontes) não é a reprodução rigorosa de uma ocorrência, não é a recuperação exata daquilo que porventura se passou em algum momento pretérito; e que por isto mesmo está em grande parte perdido para todo e sempre; mas sim uma conexão entre presente e passado capaz de captar da melhor maneira possível uma percepção ou apropriação do ocorrido, que é sempre subjetiva e, portanto, parcial, representando, assim, uma dentre as várias percepções ou apropriações do ocorrido; a fim de que ela possa ser tratada como vestígio do ocorrido em condições de amparar uma interpretação que se mostre lógica e aceitável.

V

Escrevendo o mesmo de um modo algo diferente, observa-se que confiança e fidelidade não são sinônimos, remetendo por isso a domínios diferentes que não se equivalem (isto é, pode-se perfeitamente confiar no que diz um entrevistado caso não exista motivo para o contrário, sem que isto signifique que seu relato será inteiramente fiel, já que apresenta apenas e tão somente um ponto de vista particular); o que se procura no trabalho historiográfico não é um simples reflexo objetivo do transcorrido, mas indícios dele que acolhidos com inteligência e sensibilidade assegurem a urdidura de uma trama que se mostre aceitável porque existe a probabilidade de que tenha acontecido. Trata-se, enfim, de elaborar com engenho e arte uma narrativa de cunho histórico que pretende compreender um processo; ou uma situação passada, produzindo um efeito de verdade nas análises que oferece, ou seja, um conhecimento considerado como legítimo porque, em não contrariando frontalmente a realidade, aspira a ser encarado como plausível.

Esta, aliás, parece ser a grande sedução da História e da própria História Oral, facultando à contemporaneidade o recurso de estabelecer vínculos com o passado; de sorte que o presente não se mostre sem

linhagens que ajudem a compreendê-lo e que suas genealogias não sejam desveladas como uma imposição a exigir reconhecimento e veneração. Para, como em Unamuno, não permitir que o silêncio seja confundido com aquiescência perante o intolerável. Para, como em Bachelard, encontrar as palavras que emprestam volume e densidade aos discursos, não deixando calar os rumores de um mundo de sonhos. Para, enfim, não esquecer e não deixar esquecer os tempos sombrios e extraordinários, nem deixá-los assombrar como espectros as gerações de agora, aproveitando os trabalhos dos historiadores e das historiadoras para conspirar com e pela vida.

Nestes termos, a produção historiográfica, configurando-se como narrativa que pretende inventar um passado possível, opera de modo semelhante às ilusões causadas pelas miragens, aproximando imagens de lugares distintos e criando inventos às quais busca emprestar coerência e verossimilhança. Afinal, nunca é demais recordar que é uma propriedade de toda e qualquer miragem ser verossímil, como, aliás, o demonstra sobejamente o délibáb.